

Mailson elogia definição de metas

Alexandre Calais
de São Paulo

O ex-ministro da Fazenda do governo Sarney, Mailson da Nóbrega, faz uma avaliação positiva do acordo fechado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o economista, o mais importante no que foi anunciado até agora é a definição do tamanho do ajuste fiscal. "E também, diferentemente do que vem ocorrendo desde a Constituição de 1988, o governo compromete-se com a realização de um ajuste estrutural na economia, sem o qual torna-se inviável cumprir qualquer meta de ajuste."

Mailson já sentiu na pele a tensão de uma negociação com o FMI. Entre fevereiro e junho de 1988, foi o principal personagem da costura de um acordo que garantiu ao Brasil US\$ 5,2 bilhões para o pagamento de juros da dívida, e onde o País comprometeu-se a reduzir o déficit operacional de 8% para 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Não foi possível cumpri-lo, no entanto. "O acordo saiu justamente quando formava-se na população a mentalidade da 'Constituição Cidadã' que, na prática, impediu o combate ao déficit", lembra o ex-ministro.



Mailson da Nóbrega

Segundo ele, as condições hoje são muito diferentes das daquela época. "O País tem um programa de estabilização econômica que deu certo, enquanto em 1988 estávamos apenas lutando para evitar o pior", diz. "Além disso, o Brasil é alvo das atenções mundiais, um país importante, enquanto tínhamos de enfrentar naquele período uma imagem desgastada por uma moratória. Nosso prestígio internacional estava muito baixo."

O acordo anunciado com o FMI, segundo o economista, atualmente sócio da consultoria Tendências, de-

monstra claramente que a instituição avaliza a atual política econômica brasileira, e joga uma ducha de água fria na expectativa de uma desvalorização cambial, que já começava a ganhar corpo entre economistas e empresários. A disposição de não impor controle sobre a saída de capitais também é importante, de acordo com Mailson, para a restauração da confiança dos investidores.

O maior problema a ser enfrentado pelo governo para realizar o ajuste fiscal será político. De acordo com o ex-ministro, para a aprovação das reformas necessárias, o presidente Fernando Henrique Cardoso terá primeiramente de convencer a opinião pública — e o Congresso, em seguida — que a não realização do ajuste pode levar ao colapso do processo de estabilização. "Claro, que a pressão pela manutenção de privilégios será muito grande, especialmente de setores como o judiciário, o legislativo, o Ministério Público e a Polícia Militar", diz.

Para Mailson, não há alternativa senão esse caminho. "Se for para romper definitivamente com um passado de desequilíbrios e privilégios, a recessão que deve vir em 1999 será um preço pequeno." ■